

PINGA-FOGO

■ **SOLUÇÃO NO FAPERJ** - Uma reunião, na tarde desta quinta, 24, entre o secretário de Ciências e Tecnologia, deputado Estadual Anderson Moraes, e o presidente estadual do PL, deputado federal Altineu Côrtes com o governador Cláudio Castro, selou o processo sucessório da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

■ **Quem vai assumir a presidência da Fundação será Caroline Alves da Costa**, atual presidente da Faetec, com um perfil bem mais acadêmico. Ela tem cursos de Formação Continuada em Desenvolvimento Humano e Processos Educacionais e Administração da Educação, além de Gestão de Pessoas, Fundamentos de Gestão, Gerenciamento de Escopo de Projetos/ Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Foi administradora e pedagoga das Naves do Conhecimento, projeto da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E também assessora de projetos das Secretarias Estaduais de Assistência Social e Direitos Humanos, como o Caminho Melhor Jovem, realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

■ **Já o ex-secretário Estadual de Educação, Alexandre Valle, assume a presidência da Faetec - Fundação de Apoio à Escola Técnica, no lugar de Caroline e traz toda a sua bagagem no comando da SEDUC na interiorização dos cursos e valorização da mão de obra especializada.**

■ **Antes do nome de Alexandre Valle e de Caroline, foi estudada a possibilidade de nomear o professor Victor Travancas, o ombudsman informal do governo do estado e que denunciou, na CPI da Transparência da Alerj, a existência de um projeto que beneficiava um subsecretário que era também conselheiro da FAPERJ.**

■ **A nomeação de Caroline atende algumas manifestações da sociedade civil organizada, entre elas a Firjan, que pedia o comando mais acadêmico da Fundação.**

■ **A Secretaria de Ciências e Tecnologia faz parte da cota do Partido Liberal, que tem o direito de indicar os ocupantes dos dirigentes da pasta.**

■ **AGENDA DO SENADOR FLÁVIO** - O senador Flávio Bolsonaro cumpriu agenda no Rio. Foi recebido na quarta, 23, pelo governador Cláudio Castro para uma fraterna conversa. Nesta quinta, 24, visitou o presidente da Alerj, o deputado Rodrigo Bacellar, quando fizeram um balanço da eleição; e depois visitou a nova sede da Secretaria de Defesa do Consumidor, onde foi recebido pelo seu aliado, o secretário Gutemberg Fonseca. Na própria quinta retornou a Brasília para acompanhar os seus candidatos que disputam o segundo turno neste domingo.

■ **APELO A LULA** - Foi amistosamente o pedido do governador Cláudio Castro ao presidente Lula para que ele escute os governadores dos estados que enfrentam problemas de segurança. "Presidente Lula, faço um apelo para que o senhor escute os governadores. Se não puder todos converse com os do Rio, São Paulo, Bahia e Ceará que sofrem com o crime organizado".

■ **TRANSIÇÃO OBRIGATORIA** - O deputado estadual e prefeito eleito de Belford Roxo, Márcio Canella (União Brasil), protocolou na Assembleia Legislativa do RJ na última quarta-feira (23), um projeto de lei para garantir a transição de governo obrigatória em todas as prefeituras do estado, contando com a chancela do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE). A premissa do projeto é assegurar a permanência dos serviços públicos, evitando transformações à população das cidades durante o processo de mudança da gestão municipal.

■ **FESTIVAL GASTRONÔMICO EM TERÊ** - Sucesso em Teresópolis, o Festival Gastronômico Origens: Do campo à mesa, entra na reta final de sua programação. Até segunda-feira (28) os moradores da cidade e visitantes podem apreciar os pratos especiais preparados pelos chefs de 15 restaurantes do Polo Gastronômico de Teresópolis, preparados com ingredientes locais. Em sua segunda edição, o festival valoriza a produção local e destaca o potencial da cidade para a gastronomia. O evento é uma dica de ouro para quem quer visitar e aproveitar a Região Serrana no fim de semana.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos Divulgação



Durante agenda nesta quinta-feira (24) no Rio, o senador Flávio Bolsonaro (d) visitou o presidente da Alerj, deputado Rodrigo Bacellar (e)



O senador também conheceu a nova sede da Secretaria de Defesa do Consumidor. Na foto, Flávio (e) ao lado do secretário e seu aliado Gutemberg Fonseca (d)

Desembargadores Benedicto Abicair e Jacqueline Montenegro participam de encontro com corregedor nacional de Justiça

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Benedicto Abicair e Jacqueline Montenegro participam, ao lado do corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal da Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, no dia 30 de outubro, do "Conversa com o Judiciário". O projeto, de iniciativa da Revista Justiça & Cidadania, busca aprofundar o debate sobre temas jurídicos relevantes entre magistrados, juristas e diferentes setores econômicos.

O encontro, marcado para às 19h, na Casa Julieta de Serpa, na Praia do Flamengo, vai abordar "O Papel da Corregedoria Nacional de Justiça".

"A Corregedoria Nacional de Justiça

desempenha um papel fundamental na garantia da integridade e eficiência do Poder Judiciário e a visita do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, será uma excelente oportuni-

dade que teremos para dialogarmos sobre temas relevantes para assegurarmos à sociedade um Judiciário mais acessível, célere e comprometido", enfatizou o desembargador Benedicto Abicair.



Desembargadora Jacqueline Montenegro



Desembargador Benedicto Abicair



Secretário de Transformação Digital, Mauro Farias

'Um Rio de Janeiro 100% digital'

A Secretaria de Estado de Transformação Digital do Rio de Janeiro (SETD-RJ) divulgou em seu portal a Estratégia Estadual de Governo Digital (EEGD). O documento reúne as principais diretrizes na área com foco em um Rio de Janeiro 100% digital, sendo o primeiro decreto em âmbito estadual totalmente alinhado à Estra-

tégia Nacional de Governo Digital (ENGD).

Para sua elaboração, a SETD e o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), com o apoio do Sebrae Rio, discutiram o conteúdo com todos os órgãos estaduais por meio de encontros temáticos realizados nos últimos meses.

Fernando Molica

A irresponsabilidade da PM precisa ser punida

A tragédia provocada por mais uma operação desastrosa da PM do Rio não pode ficar impune. Três homens foram mortos — um, passageiro de ônibus; o outro, motorista de aplicativo; e o terceiro, caminhoneiro —, três pessoas ficaram feridas, a polícia teve que suspender sua ação. A menos de um mês da reunião do G-20, uma das principais vias da cidade voltou a ser fechada.

Não basta lamentar, dizer que providências serão tomadas, trocar o comandante A pelo B. É preciso que o Ministério Público, responsável pelo controle externo da polícia, investigue o caso, identifique os responsáveis e os denuncie à Justiça.

Essa nova carnificina só ocorreu pela existência de bandidos com armas de guerra. Mas não se pode esperar que criminosos se preocupem com a população, com as consequências de seus atos — cabe ao Estado tomar precauções para não provocar conflitos que matam tantos inocentes.

Porta-voz da PM, a tenente-coronel Cláudia Moraes, revelou as graves falhas de planejamento ao dizer que a polícia foi surpreendida, que não tinha informações detalhadas sobre o local — o Complexo de Israel —, que desconhecia o fato de traficantes terem cavado valas que dificultavam o trabalho dos agentes. Diante de tamanha ignorância

sobre o que encontraria pela frente, como é que a PM faz uma operação que coloca em risco a população como um todo e os próprios policiais, jogados em mais uma batalha sangrenta e inútil, que apenas provoca mortes, feridos, fechamento de escolas (17) e unidades de saúde e desespero.

A linguagem militar utilizada pela oficial ("As nossas tropas encontraram grande dificuldade em avançar no terreno") reforça o descompasso na maneira de se encarar a segurança pública. Esta não deveria ser encarada como guerra contra um inimigo, mas como atividade garantidora do exercício da cidadania.

Nos primeiros 17 dias deste mês, a polícia fluminense realizou 69 operações em favelas — quatro por dia. Ao longo de 2024, fez cinco incursões no Complexo de Israel. A força dos bandidos — que, vale repetir, fizeram a PM recuar — mostra que esse tipo de estratégia não tem qualquer efeito na redução do poder dos criminosos.

É inacreditável que, depois de repetidos fracassos acumulados ao longo de décadas, a polícia continue a priorizar esse tipo de operação e não um trabalho sistemático de investigação que ao menos dificulte a chegada de armas e de munição às mãos dos bandidos. Tráfico de drogas existe pratica-

mente no mundo inteiro, mas o domínio de vastas áreas por bandidos que portam armas de guerra é quase uma particularidade brasileira; em especial, fluminense.

Não se pode achar normal que em todos os bairros do Rio haja, neste momento, grupos de pessoas portando fuzis e metralhadoras, quadrilheiros que continuam a receber caixas e caixas de munição. Não é razoável que o Estado brasileiro não consiga interromper esse fluxo, não prenda os traficantes de armas e de cartuchos.

Apenas a cumplicidade de setores da máquina estatal com o crime é capaz de explicar tamanha leniência e a insistência num modelo de segurança que prioriza ações espetaculosas e inúteis. Desesperada, boa parte da população acaba respaldando matanças em favelas, parte do pressuposto que nelas só há bandidos, e que estes têm que ser mortos, mesmo que inocentes também sejam vítimas dos confrontos.

Tragédias como a de ontem alertam que ninguém está livre de ser atingido por uma bala vinda dessa guerra perdida, todos estamos na linha de tiro. Renato Oliveira, o passageiro do ônibus da linha 493; Paulo Roberto de Souza, o motorista de aplicativo e Geneilson Eustáquio Ribeiro, o caminhoneiro, morreram porque viviam no Rio.

Luciano Mattos*

Em busca da unidade institucional

Nos dias 28 e 29 de outubro aconteceu na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, o II Congresso do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), que terá como tema "O Ministério Público na era da Inovação". Além de palestras com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, com ministros do Superior Tribunal de Justiça, integrantes do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), membros do MP de todo o país e juristas renomados, a programação (que pode ser conferida no site da CONAMP) abordará temas atuais e desafiadores, como as perspectivas do Sistema de Justiça na era digital e a atuação do MP diante das transformações globais, com ênfase nos avanços tecnológicos e seus impactos no presente e no futuro. Além disso, o ex-procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, que presidiu a CONAMP entre 2000 e 2004 e o CNPGE entre 2007 e 2008, será homenageado durante o evento pela sua trajetória como um dos grandes representantes do MP brasileiro.

A realização do Congresso ressalta a prioridade institucional do CNPGE em promover o desenvolvimento de estratégias inovadoras para o Ministério Público, alinhadas às transformações globais e tecnológicas, com o objetivo de garantir a efetividade da Justiça e o benefício à sociedade.

Entre essas ações, destaco uma iniciativa inédita entre os MPs do país, adotada durante a minha gestão à frente do MPRJ,

que foi a criação da Jornada Institucional. Através do instrumento, os membros da instituição passaram a exercer, de forma democrática, seu direito de criar enunciados institucionais, que após analisados por uma comissão competente e aprovados pelos seus pares, passam a balizar a atuação institucional em diferentes temáticas.

A Jornada, que teve sua segunda edição completada no último dia 31 de agosto com um total de 61 enunciados aprovados (a primeira edição teve 32 enunciados aprovados), mostrou que a ideia veio para ficar, demonstrando a importância da unidade institucional.

Os enunciados estão expostos no site do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, disponíveis para quaisquer pessoas, servindo como orientação para os próprios membros do Ministério Público, para profissionais do direito, gestores públicos, empresários, comerciantes e todos os cidadãos.

A criação dos enunciados institucionais e a realização do II Congresso do CNPGE são processos de aprimoramento do Ministério Público, antenados com os avanços que os novos tempos trazem e com as novas demandas provenientes destes avanços. Através do diálogo, buscamos construir unidade e uma forma de atuação que fortaleçam o espírito coletivo institucional. A sociedade, que busca isonomia e segurança jurídica, agradece.

*Procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro